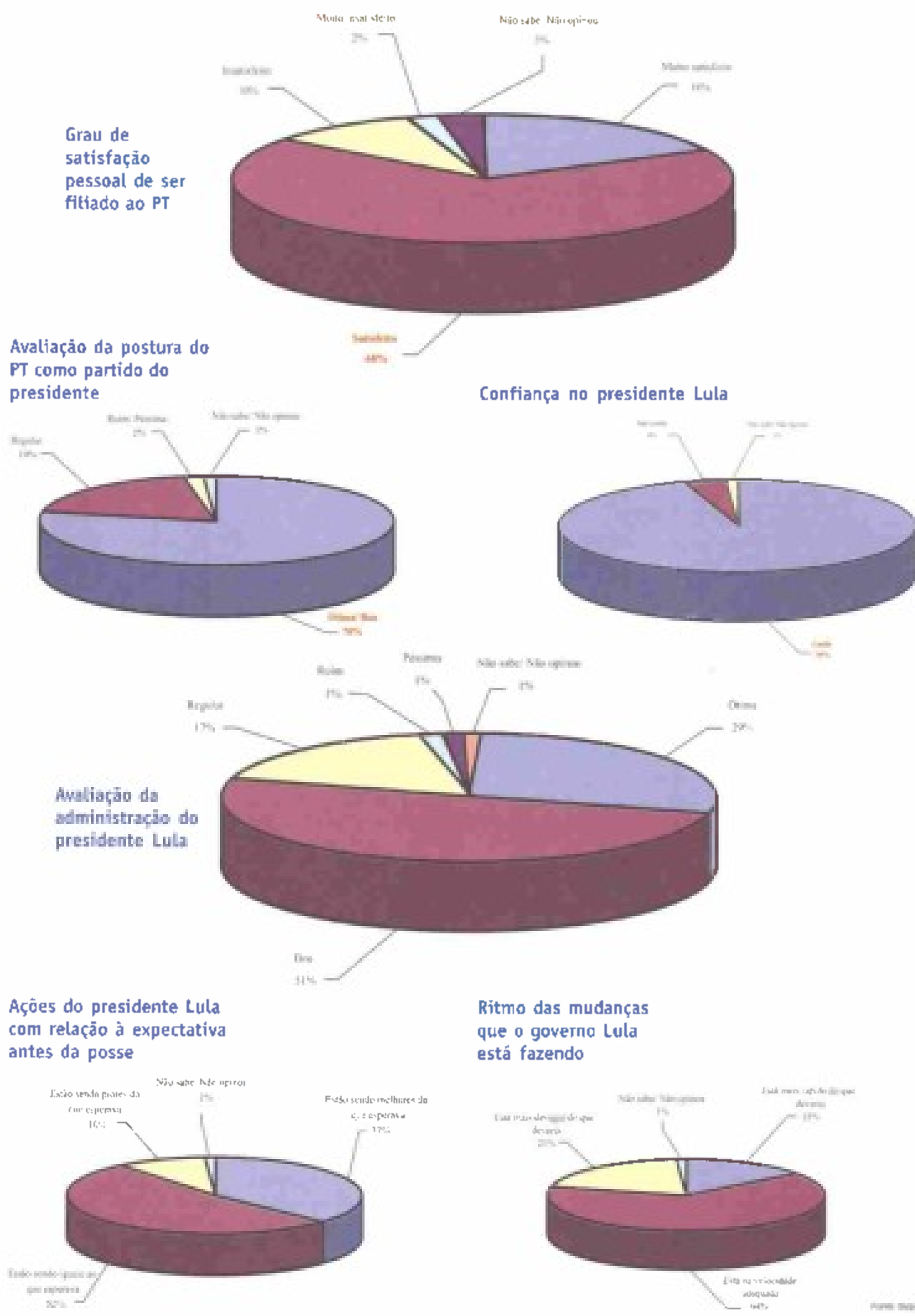




PT, LULA E REFORMAS TÊM APROVAÇÃO DOS FILIADOS

CONFIRA OS PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA IBOPE

PESQUISA DO IBOPE INDICA QUE 86% DOS PETISTAS ESTÃO SATISFEITOS COM O PARTIDO E 80% APÓIAM O GOVERNO



Amostra contempla mil pessoas

A pesquisa do Ibope envolveu uma amostra representativa dos filiados do PT em todo o país, elaborada a partir de sorteio sobre o cadastro nacional do partido. Foram selecionados 1.000 filiados e filiadas, que foram entrevistados em casa entre os dias 7 e 26 de junho. Desse total, 82% não exercem nenhum cargo no PT.

Por sexo, a amostra contemplou 59% de homens e 41% de mulheres. A maior parte (46%) tinha entre 35 e 49 anos, 23% tinham 50 anos ou mais, 21% entre 25 e 34 anos e 11% entre 16 e 24 anos. Também a maior parte, 32%, concluiu o ensino médio, e 29% terminaram o ensino superior, 21% fizeram até a oitava série fundamental e 18%, até a quarta série.

Do total, 45% vivem na região Sudeste, 23% no Sul, 18% no Norte e no Centro-Oeste e 16% no Nordeste. A maioria (54%) mora no interior, 31% nas capitais e 16% nas regiões metropolitanas. Também a maioria (57%) está em municípios com mais de 100 mil habitantes; outros 26% estão em cidades de 20 mil a 100 mil e 18% em municípios com até 20 mil habitantes.

O presidente do Ibope, Carlos Alberto Montenegro, afirmou que, em 61 anos do instituto, esta é a primeira vez que um partido faz uma pesquisa com essa amplitude. "Para se ter uma idéia, na campanha eleitoral para presidente, em 2002, usamos uma base de 2.000 entrevistados para um universo de 117 milhões de eleitores", destacou.

Levantamento feito pelo Ibope a pedido do PT mostra que uma grande maioria dos filiados está satisfeita com o partido, apóia o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e é favorável às reformas em tramitação no Congresso.

Em entrevista, o presidente nacional do PT, José Genoino, comemorou os resultados, que têm margem de erro de três pontos percentuais para mais ou para menos.

Do total de entrevistados, 86% afirmam estar satisfeitos com o PT (18% "muito satisfeitos" e 68% "satisfeitos"), contra apenas 12% que se dizem insatisfeitos (10% "insatisfeitos" e 2% "muito insatisfeitos"). Outros 3% dos entrevistados não opinaram ou não souberam responder.

Já em relação ao governo Lula, a aprovação (soma dos percentuais "ótimo" e "bom") atinge 80%. Outros 17% consideram "regular" os primeiros seis meses da administração petista. A desaprovação ("ruim" e "péssimo") é mínima: 2%. Apenas 1% dos filiados entrevistados não soube avaliar o governo federal.

Ao mesmo tempo em que 95% dos filiados manifestam confiança em Lula — contra 4% que não confiam e 1% que não soube opinar ou responder —, a maioria dos petistas também revela otimismo com o presidente. Ao analisar as ações de Lula em comparação com as expectativas que tinham antes da posse, 37% dizem que elas são melhores do que esperavam e 52% declaram que estão de acordo com as expectativas iniciais. Apenas 10% se mostram desapontados.

Por outro lado, 64% dos entrevistados entendem que as mudanças defendidas por Lula e pelo PT estão ocorrendo "na velocidade adequada" e 15% acham que estão indo "mais rápido do que deveria". Outros 21% afirmaram que as mudanças ocorrem "mais devagar do que deveria".

A pesquisa mostra ainda que o PT está no caminho certo em sua relação com o governo. Dos entrevistados, 78% consideram "ótima" ou "boa" a postura do PT como partido do presidente. Outros 19% a consideram "regular". Apenas 2% a citam como "ruim" ou "péssima".

Ao mesmo tempo, 85% dos filiados afirmam que as disputas internas no partido atrapalham o governo — para 36% "atrapalham muito" e para 49% "atrapalham um pouco". Outros 13% acreditam que as disputas "não atrapalham em nada o governo".

A maior parte dos filiados, 69%, acredita ainda que os deputados federais e senadores eleitos pelo PT deveriam "aprovar integralmente as propostas previstas no programa

de governo". Já 26% acham que os parlamentares petistas no Congresso Nacional deveriam "aprovar apenas as propostas defendidas no passado pelo PT".

Também a maior parte dos filiados, 63%, discorda totalmente ou em parte dos parlamentares petistas que estão contrários às reformas da Previdência e tributária propostas pelo governo Lula e pelos 27 governadores estaduais. Outros 32% concordam totalmente ou em parte com esses congressistas.

Novamente a maior parte dos filiados, 60%, acredita que deputados ou senadores do PT que desrespeitarem as decisões do partido têm de ser punidos. Do total, 35% acham que esses parlamentares não devem ser punidos.

Resultados demonstram sintonia

O presidente nacional do PT, José Genoino, afirmou que os resultados da pesquisa realizada pelo Ibope provam que não há distância entre a direção e a base do partido. "A mídia vive dizendo que a direção do partido diz isso, a direção do PT pensa aquilo, como se houvesse uma distância grande entre nós. Pois vimos que não há", afirmou.

Para Genoino, os resultados do levantamento demonstram a vitalidade do partido, o alto grau de conscientização política dos filiados e a preparação do partido para ser governo. "Mais de 80% dos entrevistados pelo Ibope não têm cargo na estrutura partidária,

são apenas filiados, e mostram que estão sintonizados com as prioridades do país."

A sintonia aparece, entre outros momentos, na priorização das próximas reformas a serem discutidas pelo governo. Em primeiro lugar, os entrevistados citaram a reforma agrária (38%), seguida pela trabalhista (24%), pela do Judiciário (15%) e pela política (11%). "Essas são, sem dúvidas, reformas prioritárias e assim serão tratadas pelo governo", disse Genoino, que entregou os resultados da pesquisa ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ele ressaltou que o partido será dirigido com uma

atenção especial para sua base. "Vamos dirigir o PT numa relação direta com o filiado. Essa é uma novidade e uma exigência num partido de massa como o nosso." A última vez que a base do partido foi ouvida ocorreu em 2001, quando houve eleição direta para o Diretório Nacional e para a presidência do partido, quando foi eleito José Dirceu.

O presidente do PT reiterou ainda que o levantamento não tem como objetivo tornar-se um instrumento de pressão para parlamentares que ameçam não votar de acordo com a bancada. "A unidade de ação é uma questão histórica que permeia os 23 anos

do PT e é inegociável. Nós quisemos ouvir a base do partido porque é nosso dever estar em sintonia com a base", concluiu. Para Genoino, a mobilização e a força do partido, demonstradas com a pesquisa, ajudarão a preparar as eleições municipais de 2004.

A pesquisa encomendada ao Ibope custou R\$ 60 mil, pagos em duas parcelas, segundo informou o secretário nacional de Finanças do PT, Delúbio Soares. A despesa já estava prevista nas Diretrizes Orçamentárias de 2003. Delúbio afirmou que a pesquisa servirá ainda como auxílio para a realização da campanha de filiação em 2004.

OPINIÃO

O governo Lula e a esquerda

José Genoíno*

Com a vitória de Lula para a Presidência da República, pela primeira vez, a esquerda chegou ao governo federal. A vitória, no entanto, veio limitada por uma série de condicionais. Condicionais de ordem política, definidas pelo fato de que o PT e os demais partidos de esquerda não constituem maioria na Câmara e no Senado, não têm a maioria dos governos estaduais e não governam a maioria dos municípios brasileiros. Ou seja, tanto do ponto de vista numérico quanto do ponto de vista institucional, a esquerda não é hegemônica. Claro que pelo peso específico da Presidência da República, a esquerda agrediu força política significativa.

Mas para governar o país em termos de parâmetros democráticos - opção estratégica do PT - o governo foi obrigado a fazer um movimento ao centro para garantir sustentabilidade e governabilidade. Do ponto de vista do método, além de procurar alargar os espaços da democracia participativa, o governo busca implementar práticas que visem construir consensos sociais em torno das diretrizes e medidas governa-

mentais. O governo Lula não poderia se estreitar ao ponto de colocar em risco a governabilidade e a própria durabilidade do mandato. A esquerda já tem experiência negativa e trágica acumulada nesse mesmo sentido, na América Latina.

Outra grande condicionabilidade interposta ao governo Lula diz respeito à gestão econômica. Em primeiro lugar é preciso levar em conta a situação de crise deixada pelo governo anterior e os problemas de desconfiança que se projetavam sobre o novo governo. Neste início de governo, conseguiu-se estancar a crise e desfazer as desconfianças sobre Lula e o PT. Em segundo lugar, é preciso prestar atenção ao fato de que o novo governo assumiu compromissos pregressos, que limitam significativamente as margens de manobra da gestão econômica. Não honrar esses compromissos significaria aprofundar a crise, isolar o país do contexto internacional e decretar o fracasso prematuro do governo.

Ainda no âmbito econômico, em terceiro lugar, é preciso ter consciência de que os países periféricos como o Brasil vivem numa condição de enorme dependência em relação aos

países centrais e aos mercados financeiros internacionais. Essa dependência não pode ser removida por via de rupturas e sem redefinir uma nova ordem internacional. Somente com políticas de recuperação consistente de crescimento econômico, de promoção social, de aumento das exportações, de incremento da poupança interna e de redefinição de seus espaços internacionais o Brasil recuperará condições de operar com mais autonomia e mais soberania na gestão econômica.

A atitude dos indivíduos, grupos e partidos de esquerda em relação ao governo Lula, além do programa e dos objetivos históricos desse governo, precisa levar em conta as limitações políticas e econômicas impostas pela realidade. A maior parte da esquerda compreendeu ou está compreendendo essas implicações. Compreende também a necessidade de se dar tempo ao governo para que os obstáculos e entraves sejam removidos. É compreensível ainda que parte da esquerda, que não comunga com as mesmas diretrizes programáticas do PT e de seus aliados, faça uma oposição de esquerda ao governo. Espera-se, contudo, que

essa oposição seja democrática e não destrutiva.

Experiências recentes na Europa revelam que quando governos de esquerda sofreram uma oposição sectária e destrutiva de esquerda, quem se fortaleceu foi a direita. Essa mesma lógica empírica pode ser observada em experiências de governos locais de esquerda no Brasil. Luiza Erundina em São Paulo, Vitor Buaini no Espírito Santo, Cristovam Buarque em Brasília e Telma de Souza em Santos, que tiveram suas administrações acossadas por setores de esquerda e por grupos corporativos, foram substituídos por governantes de perfil conservador.

O que não é compreensível e não pode ser aceito é que setores do próprio PT e de partidos aliados façam oposição ao governo. O PT e seus aliados receberam uma determinação do povo para serem partidos de governo. A função de



oposição foi confiada a outros partidos. Assim, não é democrático, coerente e ético permanecer no PT e na base governista e, ao mesmo tempo, fazer oposição ao governo.

É evidente que integrantes do PT e da base governista podem e devem formular críticas pontuais ao governo. Essas críticas, no entanto, devem ser expressas de forma construtiva, no sentido de apresentar alternativas realizáveis de políticas governamentais. Se este for o objetivo da crítica de es-

querda no âmbito do PT e da base aliada, trar-se-á de uma crítica construtiva, democrática e necessária. Mesmo com críticas e ressalvas, os integrantes da base aliada têm a obrigação de sustentar politicamente o governo. Os que querem fazer oposição sistemática encontram opções partidárias, tanto à direita quanto à esquerda. É assim que se definem e a coerência e o jogo democráticos.

*Presidente nacional do PT

Além da Alca

Aloizio Mercadante*

O recente compromisso conjunto Brasil/EUA de manter o início de 2005 como data para a conclusão das negociações da Alca não significa, de modo algum, que o governo brasileiro tenha abandonado as suas justificadas reservas em relação à proposta do bloco econômico em seu atual formato, as quais foram fortalecidas após a oferta norte-americana divulgada em fevereiro. Com efeito, a oferta do United States Trade Representative (USTR), além de manter a proteção aos "setores sensíveis", introduziu injustificável assimetria nas modalidades de desoneração tarifária com a nítida intenção de discriminar o Mercosul, particularmente o Brasil, no processo negociador.

Assim, a proposta norte-americana relativa aos produtos industriais prevê desoneração tarifária imediata para 91% da pauta importadora provinda dos países do Caricom, 66% para as nações da América Central, 61% para os países andinos e apenas 58% para o Mercosul. No que tange aos produtos agrícolas, a assimetria é ainda mais acentuada, pois a oferta prevê desoneração tarifária imediata para 85% da pauta de importações norte-americanas oriunda dos países do Caricom, 65% para a América Central, 68% para os países andinos e somente 50% para o Mercosul.

Não bastasse tal assimetria das ofertas, que tende a "bi-

lateralizar" ou "regionalizar" as negociações na Alca, o texto do USTR tornou patente que o governo norte-americano não pretende abrir mão da proteção aos "setores sensíveis". De fato, a proposta apresentada prevê que, para o Mercosul, 35% dos produtos industrializados e 44% dos produtos agrícolas só terão importação desonerada em cinco, dez ou mais anos. Ou seja, em relação a muitos bens, a proteção tarifária e não-tarifária poderá ser mantida indefinidamente. Tal ideia é condizente com os termos da Trade Promotion Authority (TPA), a qual determina que, em relação a mais de 300 "produtos sensíveis", o Congresso norte-americano deverá discutir e aprovar a posteriori quaisquer propostas de abertura do mercado. Na prática, isso significará a manutenção de barreiras em setores "estratégicos". Ressalte-se que muitos produtos de grande interesse do Brasil, como suco de laranja, calçados, aço, carnes etc., estão na lista da TPA.

Ademais, a proposta norte-americana não avançou na discussão de temas que são prioritários para o Mercosul e para o Brasil, como os subsídios agrícolas e os direitos antidumping, que representam as principais barreiras às nossas exportações. O governo dos EUA quer que tais assuntos sejam discutidos no âmbito da OMC, onde, normalmente, os interesses dos países desenvolvidos tendem a confluir e con-

frontar as reivindicações das nações em desenvolvimento. Por outro lado, temas de grande interesse norte-americano, como compras governamentais, serviços e investimentos estão sobejamente contemplados na proposta.

A resposta do Mercosul à proposta assimétrica e protecionista norte-americana foi racional e estratégica. O novo governo brasileiro, secundado pelos demais países do bloco, acertadamente não apresentou oferta relativa a serviços, compras governamentais e investimentos, optando por remeter a discussão ao seu foro apropriado: a OMC. No que se refere à desoneração tarifária, a maior parte (77,74%) da lista de bens da Nomenclatura Comum do Mercosul teve proteção assegurada por até dez ou mais anos.

Criou-se, dessa forma, impasse incontestável nas negociações da Alca, que não será resolvido simplesmente mediante o compromisso com o prazo de 2005. Tal impasse não interessa ao Brasil porque a necessidade de superar a vulnerabilidade externa da nossa economia passa necessariamente pela geração de superávits comerciais aumentados. Assim, a maior aproximação aos EUA, o principal parceiro comercial do Brasil, seria útil para expandir nossas exportações. Deve-se ter em mente que o gigantesco mercado norte-americano compra duas vezes mais do que o da União Europeia e quatro vezes mais do que o do

Japão. Nosso potencial de intercâmbio comercial ainda é pouco explorado, embora já tenhamos superávits de cerca de US\$ 5 bilhões. Com o Canadá, por exemplo, economia de escala semelhante à brasileira, os EUA têm um comércio de US\$ 500 bilhões, ao passo que, com o Brasil, esse intercâmbio não passa, em 2002, de US\$ 25,5 bilhões. O impasse também não parece interessar aos EUA, pois a integração comercial com o Mercosul, particularmente com o Brasil, principal economia da América do Sul, seria-lhes de grande utilidade, principalmente na atual conjuntura recessiva. Afinal, todo mundo sabe que a Alca não existirá, de fato, sem o Brasil.

Como solução para o impasse, o governo brasileiro, em conjunto com os governos da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, vem apresentando a proposta de negociar um acordo de livre comércio Mercosul-EUA, no formato 4+1, a exemplo do que o governo norte-americano fez recentemente com o Chile. Em encontro recente que mantivemos com Robert Zoellick, representante do USTR, defendemos essa fór-

mula negociadora com especial ênfase. Aliás, vimos defendendo essa proposta há muito tempo, pois temos consciência de que, em várias áreas, as economias brasileira e norte-americana são concorrenciais, o que resulta em inevitáveis atritos, que só podem ser bem equacionados em negociações mais estreitas e focadas. Embora tal proposta não possa ser encarada como uma solução milagrosa que teria o condão de desatar instantaneamente o nó gordão do protecionismo norte-americano, ela tem, a nosso ver, vantagens significativas em relação ao formato tradicional da Alca.

Em primeiro lugar, a fórmula 4+1 confere maior flexibilidade e agilidade às negociações, já que o número de países envolvidos é bem menor e os interesses, nessas circunstâncias, tendem a confluir com maior celeridade. Em segundo, o formato sugerido pelo governo brasileiro poderia retirar da pauta imediata de negociação temas espinhosos relativamente aos quais Brasil e EUA dificilmente obterão consenso a curto e médio prazo, focando as negociações no acesso aos mercados. Em terceiro, o es-

quema 4+1, ao simplificar as negociações comerciais, tende a colocar as relações bilaterais Brasil-EUA num patamar mais maduro e pragmático, com evidentes benefícios para ambos os países. Por último, a fórmula proposta pelo Brasil fortalece política e diplomaticamente o Mercosul, que é estratégico para a região.

Nesse sentido, o novo governo brasileiro já vem tomando medidas efetivas para reerguer o Mercosul e assumir, com responsabilidade, a sua liderança na América do Sul. Essa nova política externa para o hemisfério está criando as condições geopolíticas necessárias para imprimir mudanças qualitativas nas relações bilaterais Brasil/EUA, colocando-as num patamar de maior simetria e reciprocidade. A proposta do 4+1 coaduna-se perfeitamente com essa nova realidade e, apesar da negativa inicial do governo norte-americano, é a que reúne as melhores condições para produzir resultados positivos para todos.

*Secretário de Relações Internacionais do PT e líder do governo no Senado
Publicado pela Folha de S Paulo em 29/6/2003

PT **CUPOM DE ASSINATURA**

O PT Notícias é o jornal quinzenal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. Alguns notícias e matérias da última edição serão disponibilizadas no Portal do PT.

No site, os internautas têm uma pequena amostra da edição do jornal, já que o mesmo é distribuído por meio de assinatura anual.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

☐ 1) **Cheque nominal** à Editora Fundação Perseu Abramo

☐ 2) **Depósito bancário** nominal à Editora Fundação Perseu Abramo - Banco do Brasil - C/C 2241-1 Agência 3323-5 (Enviar, junto com o cupom, o comprovante de depósito)

☐ 3) **Cobrança bancária.**

☐ 4) **Cartão de crédito:**

☐ Visa ☐ MasterCard ☐ Diners

Número do cartão: _____

Data de validade: ____/____/____

Assinatura anual: R\$ 50,00

☐ Sim, eu quero assinar o PTnotícias

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel. _____

CEP _____ Cidade _____

Estado _____ CPF _____

E-mail _____

Sexo: ☐ Masculino ☐ FemininoFiliação ao PT: ☐ Sim ☐ Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 - Vila Mariana

CEP 04117-091 - São Paulo - SP

Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT

José Genoíno

SECRETÁRIO NACIONAL

DE COMUNICAÇÃO

Ozeas Duarte

Ana Ribeiro (assessora)

EDIÇÃO

Ralph Machado - MTB 21.131

REDAÇÃO

Claudio Cesar Xavier, Francis Lambert

e Walter Venturini

DIAGRAMAÇÃO

Sandra Luiz Alves

APOIO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Zampogna

FOTDS

Agência Brasil, RG Press

e Presidência da República

ILUSTRAÇÕES

Vicente Mendonça

SEDE

Rua Silveira Martins, 132,

São Paulo, SP, CEP 01019-000

Tel.: (11) 3243-1313

Fax: (11) 3243-1349

E-mail: ptnot@pt.org.br

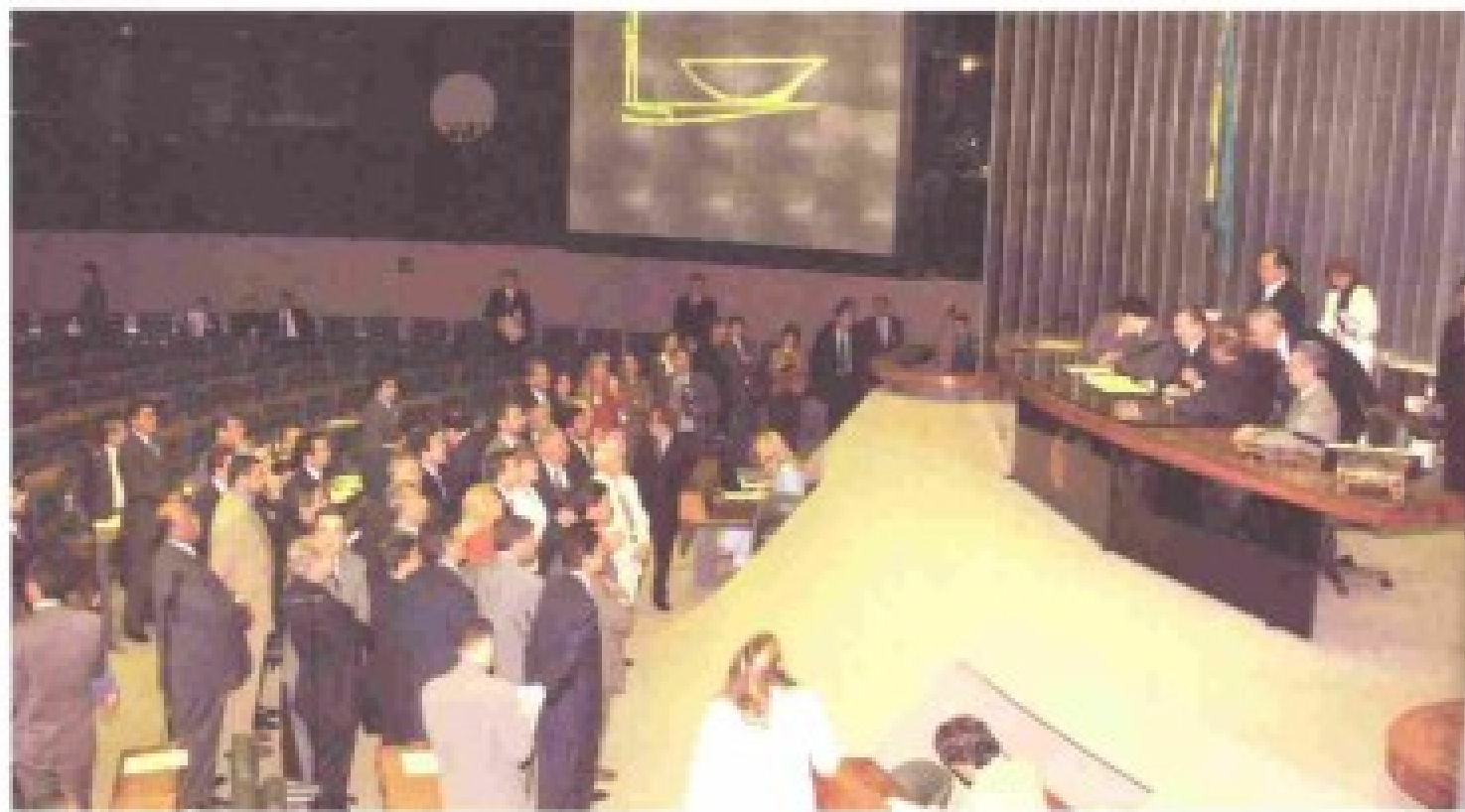
Página na Internet: www.pt.org.br

Tiragem: 15.000 exemplares

Fotolito e impressão: Neo Gral

PARTIDO

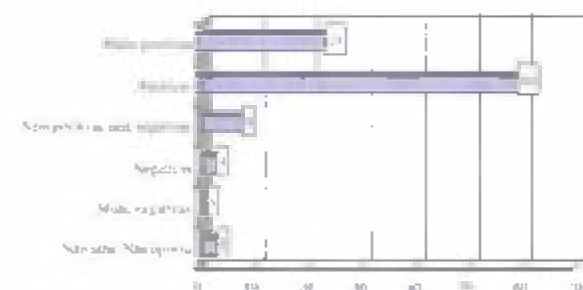
Filiados são a favor das reformas



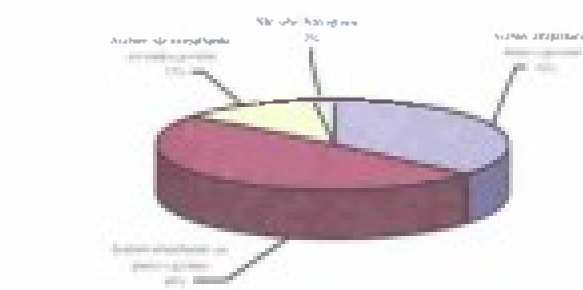
Deputados e senadores participam da sessão de abertura da convocação extraordinária que discutirá as reformas

CONFIRA OS PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA IBOPE

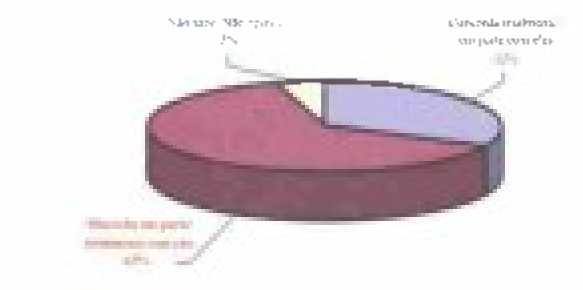
Opinião sobre as reformas propostas pelo governo



Consequências das disputas entre parte do PT e o governo



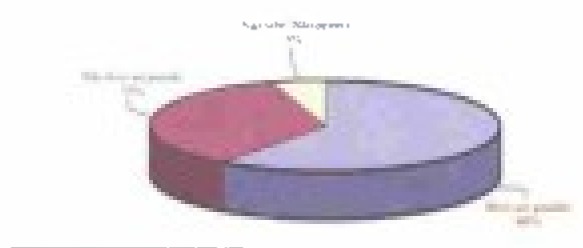
Comportamento dos parlamentares que estão contra as reformas propostas pelo governo



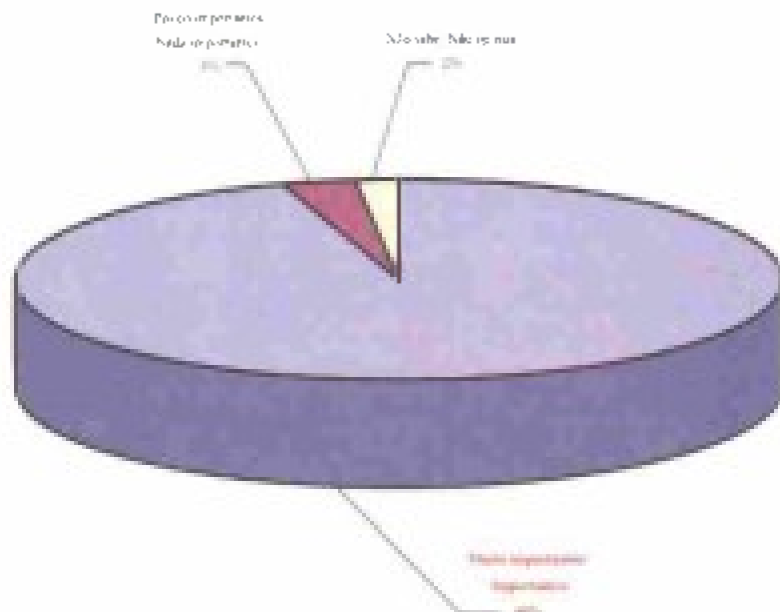
Atitude a ser tomada pelos deputados e senadores eleitos pelo PT



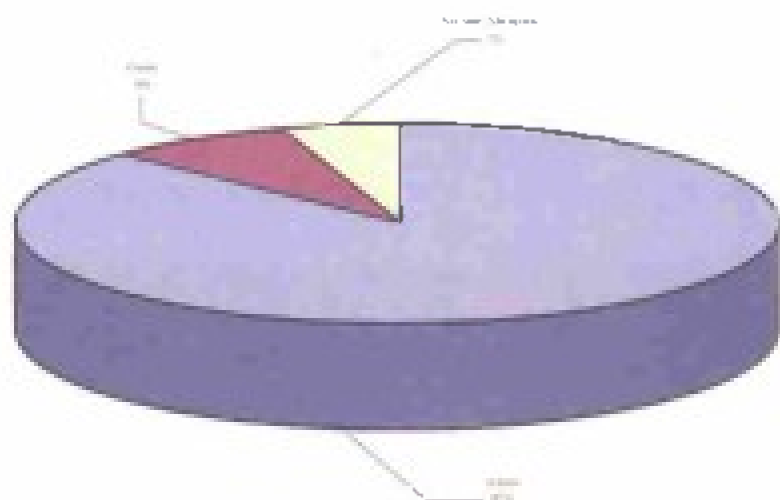
O que deve ser feito com o deputado ou senador que não respeitar a decisão tomada pela direção do partido



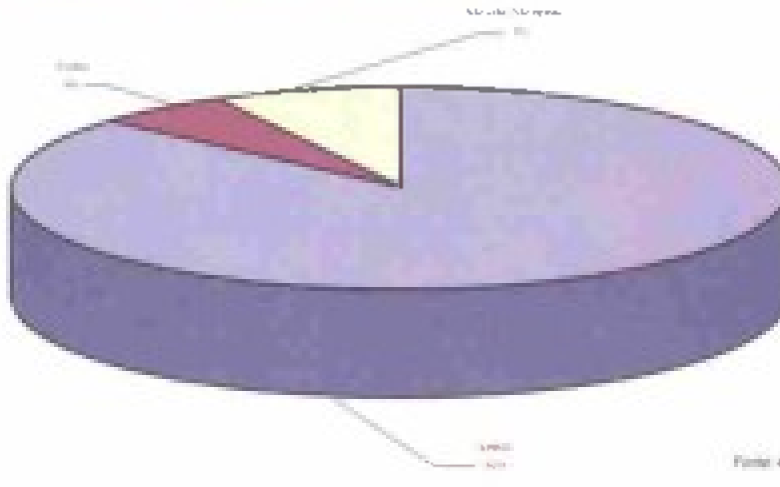
Grau de importância das reformas da Previdência e tributária para o país



Posição sobre a reforma da Previdência



Posição sobre a reforma tributária



LEVANTAMENTO DO IBOPE MOSTRA QUE 95% DOS PETISTAS CONSIDERAM QUE ELAS SÃO IMPORTANTES PARA O PAÍS

A pesquisa do Ibope feita para o PT mostra que 95% dos filiados e filiadas considera "muito importantes" ou "importantes" as reformas da Previdência e tributária que estão em tramitação no Congresso. As duas propostas têm o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dos 27 governadores estaduais.

A maioria (84%) também considera que as reformas são "muito positivas" (24%) ou "positivas" (60%). São 8% os que não vêem importância nas reformas (não consideram positivas ou negativas). Já 3% as consideram "negativas" e 1% "muito negativas".

Em relação à reforma da Previdência, que prevê mudanças basicamente para os servidores públicos, 87% são a favor. Apenas 8% dizem ser contrários. Quando questionados sobre pontos específicos da proposta, 77% concordam totalmente ou em parte com a criação de um regime único de Previdência para servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada. Outros 16% discordam em parte ou totalmente da proposta.

Também 77% dos entrevistados são favoráveis à criação de um teto máximo de aposentadorias para servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada, que pela proposta em tramitação no Congresso seria equivalente a R\$ 2.400. Dos filiados e filiadas ao PT, 17% são contrários.

Para aqueles que desejam receber na aposentadoria mais do que os R\$ 2.400, 62% dos petistas concordam com a criação de fundos de previdência complementar, mas 31% se dizem contrários.

Teto e inativos

Em relação à criação de um teto para as aposentadorias do setor público, equivalente a aproximadamente R\$ 12.700,00 (salário mais benefícios de um ministro do Supremo Tribunal Federal), 61% declaram ser a favor e 33% dizem ser contra.

A maioria dos petistas também é a favor da cobrança de uma contribuição solidária dos servidores públicos inativos e dos pensionistas do setor público. Dos entrevistados, 59% declaram apoio à proposta, contra 34% que se dizem contrários.

Os filiados e filiadas ao PT se dividem apenas quanto a manutenção de um sistema de previdência exclusivo para os servidores públicos. Do total, 45% são a favor e 46% são contra – o que configura

um empate técnico, já que a pesquisa tem margem de erro de três pontos percentuais para mais ou para menos. Também neste item ocorre o maior percentual de indecisos quanto a este item dessa reforma: 10% não opinaram ou não responderam.

Sistema de impostos

A aprovação à reforma tributária atinge, entre os petistas, patamares semelhantes à da Previdência, de acordo com a pesquisa: 86% dos entrevistados são a favor. Apenas 6% declaram ser contrários à medida, percentual abaixo dos que ainda não tem opinião formada (8% não opinaram ou não responderam).

Uma maioria expressiva de filiados e filiadas ao PT (73%) declara ser a favor de uma das principais medidas da reforma tributária, a unificação das alíquotas de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Ao mesmo tempo, 76% são favoráveis ao fim da guerra fiscal entre os Estados, o que ocorre hoje devido às diferentes alíquotas de ICMS, e 73% defendem a unificação das alíquotas em todo o país. Os petistas contrários às propostas somam, respectivamente, 12% e 16%. Em ambos os casos, 12% não opinaram ou não souberam responder.

Ainda em relação ao ICMS, 59% são a favor da cobrança no destino – o que beneficia os Estados consumidores em detrimento dos Estados produtores. Dos entrevistados, 26% são contrários a essa proposta, ao mesmo tempo em que 17% não opinaram ou não responderam.

Já para os Estados que exportam produtos 64% dos petistas são a favor de reduções dos impostos dos produtos e serviços vendidos ao exterior, enquanto 27% são contrários à medida.

Em relação à tributação sobre a riqueza, os filiados e filiadas ao PT emitem opiniões de graus diferentes: 80% são favoráveis a impostos sobre grandes fortunas, mas 57% defendem uma tributação maior sobre as heranças. Os contrários a essas propostas somam, respectivamente, 10% e 26%. Já os indecisos representam 11% e 17%.

Os petistas se dividem quando o assunto é a manutenção da cobrança da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira). Do total, 50% são contra, 41% a favor e 10% não opinaram ou não responderam.

Comissão de Ética do PT ouve 17 testemunhas

A Comissão Nacional de Ética e Disciplina do PT ouviu, nos dias 28 e 29, em sessões reservadas, a senadora Heloísa Helena (AL), os deputados federais Luciana Genro (RS) e João Batista Babá (PA) e o secretário nacional de Organização, Silvio Pereira, autor de representação contra os parlamentares, aprovada pela Comissão Executiva Nacional em maio.

No dia 28, além de representante e representados,

compareceram como testemunhas de defesa o sociólogo Emir Sader e de acusação a deputada Angela Guadagnin (SP). No dia 29, ocorreram pela manhã os depoimentos de defesa do ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio, do jurista Dulmo Dallari, do deputado Luciano Zica (SP), do cientista político Francisco de Oliveira, do deputado Walter Pinheiro (BA), do filósofo Paulo Arantes e do economista Reynaldo Gonçalves.

À tarde, foram ouvidos como testemunhas de defesa o professor da Unicamp Ricardo Antunes, o senador Eduardo Suplicy (SP), a deputada estadual Regina Barata (PA), a sindicalista de Alagoas Lenilda Luna, os deputados Lindbergh Farias (RJ) e o professor e sindicalista Luiz Carlos Gonçalves Lucas.

De acusação, prestaram depoimento o dirigente petista de Alagoas Adelmo dos Santos e o deputado Paulo Rocha

(PA). No total, foram ouvidas 3 testemunhas de acusação e 14 de defesa. Ao final, Heloísa Helena afirmou ter expectativa de que o desfecho dos trabalhos aconteça antes de setembro, quando está prevista reunião do DN para apreciar o parecer da comissão.

O secretário Silvio Pereira declarou no dia 29 que não se cogita a hipótese de o PT entrar na Justiça contra parlamentares eventualmente expulsos do partido, conforme foi

divulgado em alguns veículos de comunicação. Pelo Estatuto do PT, o mandato dos parlamentares pertence ao partido e, neste sentido, a renúncia dos eventualmente expulsos seria uma obrigação moral e ética, avaliou ele.

Pereira lembrou ainda que a Comissão de Ética não é um órgão policial, mas sim de suporte ao Diretório Nacional, instância que tomará a decisão final sobre o caso dos três parlamentares petistas, além

de ser uma instância de conciliação. O dirigente ressaltou que o partido não abrirá mão de manter a liberdade de opinião e a unidade de ação.

O presidente nacional do PT, José Genoino, reafirmou que o partido quer a reconciliação política com os parlamentares, desde que respeitem a decisão da maioria na votação das reformas. "Os parlamentares estão escolhendo o caminho de ruptura com o partido", disse Genoino.

PARTIDO

Lula recebe apoio de parlamentares do PT

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva utilizou seu discurso a mais de 1.650 pessoas reunidas no 2º Encontro Nacional de Vereadores(as) e Deputados(as) Estaduais do PT, em Brasília, nos dias 27 e 28 de junho, para dar satisfação de suas ações e pedir que cada um assuma a tarefa de apoiar o governo federal em seus Estados e municípios.

A grande presença dos parlamentares e os aplausos efusivos demonstraram, durante a abertura do encontro, da qual Lula participou, o apoio de toda a base do partido ao projeto do presidente para o país. O evento foi o maior encontro parlamentar da história do partido, e tem como principal objetivo transformar esses parlamentares em vozes do governo em suas localidades.

Lula falou de reformas, do orgulho que tem de sua equipe de governo "inclusivos não-petistas", de sua tranquilidade e certeza de estar rumando para um Brasil mais justo, com crescimento econômico, distribuição de renda e geração de empregos.

Lembrou que é preciso ter paciência para "montar uma coisa sólida" e explicou que, quando fala sobre o "espécimen do crescimento", quer mostrar que acredita que, quando as sementes são plantadas e bem cuidadas, rendem bons frutos. E, transpondo sua metáfora para a realidade, afirmou que, em pouco tempo, as plantas de seu governo vão dar frutos. "Vamos começar a colher agora", afirmou.

Lula explicou que muitos de seus ministérios concluíram a montagem de sua estrutura somente agora, já que o número de pastas aumentou sem que o presidente permitisse que aumentasse o número de funcionários de um governo a outro. "Mas o time está preparado."

Seis meses

Entre as ações que já estão sendo postas em prática no sentido do incentivo à produção, ao trabalho e à distribuição de renda, Lula lembrou dos R\$ 5,4 bilhões que está destinando à agricultura familiar e pequenos agricultores, da política de incentivo ao microcrédito e do projeto de cooperativa de crédito para a agricultura, que será anunciada na próxima semana.

"Acho engraçado que as pessoas invertem a discussão. A taxa de juros é alta, ninguém pode negar. Mas não são esses os juros que estão matando a população. Ninguém fala dessas empresas que emprestam dinheiro aos pobres e cobram 116% de juros na parcela de uma televisão. Vamos fazer uma cooperativa de crédito para criar condição a essas pessoas de ir em à Caixa Econômica Federal e pegar dinheiro para comprar a TV, pagando 2% de juros", anunciou.

O presidente contou ainda que está preparando um material sobre as ações de seis meses de governo, que serão completados na próxima sexta-feira. Prometeu entregar o material a cada um dos parlamentares presentes. "Quando

PRESIDENTE PARTICIPA DE ENCONTRO EM BRASÍLIA, FAZ UM BALANÇO ATÉ AGORA E RECEBE O AVAL DOS PARTICIPANTES



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebe cumprimentos ao chegar para o 2º Encontro Nacional de Vereadores(as) e Deputados(as) Estaduais do PT, realizado em Brasília e que reuniu mais de mil parlamentares, no qual foram aprovadas cartas de apoio ao petista

voltarem para suas cidades, vocês dirão: 'Temos uns bichinhos no governo que sabem o que querem'. Porque o nosso compromisso não é eleitoral, é histórico", disse. Segundo o presidente, seu governo fez, em seis meses, muito mais do que qualquer outro.

Corporativismo

Ao defender a proposta de reforma da Previdência que tramita na Câmara, Lula aproveitou para mandar um recado contra o corporativismo daqueles que a criticam.

"Eu sei que muita gente, como eu, é ligada a corporações. Quem me conhece sabe que estou falando isso há oito anos. Vocês [socialistas] precisam deixar de ser corporativos e parar de pensar apenas no aumento de salário.

Tem que começar a pensar o tipo de Brasil que nós queremos construir. O sindicato [tem de] ser mais aberto, começar a pensar naqueles que estão no mercado de trabalho, nos que estão na escola. O que queremos é repartir o pouco que nós temos até ter condições de criar o muito que precisamos", afirmou.

Repetiu que não é justo alguns privilegiados se aposentarem aos 53 anos enquanto cortadores de cana têm de esperar até os 60. Ressaltou que o governo não quer penalizar ninguém com a reforma, mas "aumentar os direitos daqueles que não têm nenhum". "Queremos que os intelectuais permaneçam na universidade no auge de sua capacidade intelectual, e não que se aposentem", continuou.

Política internacional

O presidente também ressaltou aos parlamentares o avanço que seu governo conquistou nas relações internacionais. Lembrou sua viagem ao Fórum de Davos, e explicou que o papel de sua presença por lá era mostrar aos velhos governantes de "tem gente nova no pedaço".

"Foi a única vez em Davos que alguém falou em português. E, poucas vezes, o português foi tão bem entendido, porque a palavra universal é o sentimento", disse Lula, sob aplausos efusivos dos parlamentares petistas.

Sobre sua recente viagem a Évian (França), quando participou da reunião do G-8, Lula justificou que foi para dizer "existimos, somos um país com problemas sociais, mas

não queremos tratar com vocês de forma subordinada".

"Não foi pouco o que fizemos", disse Lula. E sugeriu que os parlamentares presentes que tivessem alguma dúvida procurassem, em suas regiões, um especialista em política internacional. A intenção de seu governo é buscar, por meio de parceria com o Mercosul, com o Oriente Médio, Ásia e África, uma força própria capaz de fazer ceder os países ricos.

Ao finalizar seu discurso, que foi acompanhado também por inúmeras lideranças petistas — ministros, governadores, prefeitos de capitais, senadores e deputados federais —, Lula resumiu em uma frase sua trajetória nesses seis meses: "Tenho as pernas curtas, mas os passos são largos."

Partido faz mobilização política

O presidente nacional do PT, José Genoíno, afirmou que o 2º Encontro Nacional de Vereadores(as) e Deputados(as) Estaduais do PT, inaugura uma fase de ofensiva política do partido.

A intenção é acionar e mobilizar toda a estrutura do partido para o apoio ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e para o sucesso das eleições municipais de 2004, o primeiro grande teste por que passará o governo do PT.

"Este encontro, que conta com a presença maciça de vereadores e deputados estaduais, mostra como é o PT de fato. Os parlamentares petistas que apoiam as ações do governo são bem mais representativos do que dois ou três que criticam", afirmou.

Segundo ele, o partido deixou claro a tarefa de defender o governo. Ao discursar para parlamentares, o presidente do PT ressaltou que cada vereador e deputado estadual é um líder desse governo e tem de trabalhar no sentido de cumprir a determinação de ser governo atribuída ao partido pela sociedade.



O ministro da Casa Civil, José Dirceu, durante o evento

Estratégia para a eleição é debatida

Ao abrir um painel sobre as eleições 2004, o presidente nacional do PT, José Genoíno, defendeu uma atenção especial à disputa de vereadores petistas nas eleições. "Esta é uma eleição especial porque, apesar de ser regional, tem significado nacional. Temos que ter brayes espalhados por todo o país para fortalecer o partido e consolidar nossa maioria política",

destacou ele a parlamentares do PT reunidos em Brasília.

Segundo Genoíno, o PT tem duas tarefas principais e inseparáveis pela frente: sustentar e viabilizar o sucesso do governo Lula e vencer as eleições 2004. "O resultado vai depender de como o partido vai para a rua com argumentos e informações."

O presidente do PT ressaltou a importância de o partido reduzir o tensionamento das disputas internas nas eleições majoritárias, evitando assim a geração de argumentos para os adversários do partido. "É preciso ter habilidade para construir a unidade principalmente nos locais onde vamos disputar a reeleição."

Ao substituir o coordenador-geral do GTE (Grupo de Trabalho Eleitoral), Silvio Pereira, na exposição sobre o início dos trabalhos para a eleição 2004, o secretário de Finanças do PT, Delúbio Soares, afirmou que a prioridade do partido é lançar ao menos um vereador em cada município do país.

Para isso, Delúbio chamou os parlamentares a tomarem a iniciativa de criar comissões provisórias nas 1.500 cidades em que o partido ainda não é



José Genoíno discursa, com imagem em telão ao fundo

organizado. "Essa é uma tarefa dos militantes de base do PT", afirmou o secretário. Segundo ele, os diretórios regionais devem acompanhar esse processo de norte a sul do país, dentro de uma política de integração a ser promovida pelo GTE.

Ele ressaltou que cada candidato deve apresentar à sociedade uma plataforma de governo que seja sintonizada com o programa do governo federal. Chamou também a atenção para a necessidade de os municípios buscarem orientação jurídica e de valorizarem as emissoras de rádio como veículos fundamentais durante a campanha.

Entre as principais atribuições do GTE-2004 estão a

Evento reúne 1.000 pessoas e bate recorde

O Encontro Nacional de Vereadores(as) e Deputados(as) Estaduais do PT constituiu-se no maior encontro parlamentar dos 23 anos de existência do Partido dos Trabalhadores. A afirmação foi feita por Paulo Ferreira, secretário nacional de Assuntos Institucionais do PT, ao anunciar, durante a abertura do encontro, o registro da presença de 1.650 pessoas — entre eles, 1.067 parlamentares (980 dos cerca de 2.400 vereadores e 87 dos 189 deputados estaduais do partido).

Algumas delegações, conforme Ferreira, superaram adversidades — como distância e carência de recursos — para chegar ao encontro. É o caso de delegados de Rondônia e do Amapá, que saíram de seus Estados de barco na segunda-feira passada.

Além de vereadores e deputados estaduais, estavam presentes na abertura inúmeras lideranças petistas, como o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ministros, governadores, prefeitos, senadores e deputados federais. O primeiro encontro entre vereadores e deputados estaduais foi realizado em 1989.

Força do partido

Desta vez, em um momento de extrema importância para o partido, o encontro tem o objetivo de melhorar a comunicação entre a base do partido e o governo federal, articular as eleições de 2004 e tornar os vereadores e deputados estaduais vozes de defesa do governo Lula.

"Assim é que se vê a força do PT", gritavam os participantes ao final do discurso do presidente nacional do partido, José Genoíno, que pregava a necessidade de que cada presente se transformasse em uma "tribuna" de apoio ao governo federal. Genoíno ressaltou a necessidade da confiança e da solidariedade política aos parlamentares.

Indicou para saudar os participantes em nome dos vereadores, Antônio Carlos Pereira, de Belo Horizonte, resumiu o encontro. "Saímos com mais segurança e mais convicção para fazer cidades melhores, mais justas e mais democráticas", disse.

"Aqui está o orgulho do PT", acrescentou o deputado estadual Cândido Vaccarezza (SP), apontando para a numerosa plateia. Ele lembrou que, em recente encontro de deputados estaduais petistas, os parlamentares aprovaram uma carta em apoio às reformas e ao governo Lula. "O PT está preparado para governar. 2004 é o ano do PT e estamos preparados para ganhar e dar mais um passo na mudança para o Brasil."

A prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, que integrou a mesa de abertura do encontro, ressaltou que a presença de todos significa apoio total e irrestrito ao governo federal e às suas políticas. "Sabemos que não é fácil. Na maioria das cidades brasileiras também enfrentamos oposição e dificuldades, e no governo federal recebemos uma herança ruim porque fomos blindados pelo governo FHC."

Reiterando as palavras de Genoíno, Marta destacou o respeito às divergências de opiniões e também à unidade de ação. "Presidente, somos seu time, sua tropa", concluiu.

Presença é celebrada por Dirceu

O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, afirmou, durante discurso na abertura do 2º Encontro Nacional de Vereadores(as) e Deputados(as) Estaduais do PT, no dia 27 de junho, que tem saudades do PT e vontade "até de voltar para o partido". Dirceu antecedeu José Genoíno na presidência nacional do PT.

As saudades, segundo o ministro, se justificam pela emoção que sentiu ao estar presente a um encontro de tamanha expressão para o Partido dos Trabalhadores. "E também tenho orgulho porque temos aqui um retrato de nossas vidas", afirmou, lembrando que o PT foi construído a partir dos diretórios municipais, dos vereadores e dos prefeitos. "Não começamos por cima."

Dirceu ressaltou aos parlamentares que as ações do governo federal estão voltadas para um projeto de desenvolvimento nacional, contra a exclusão social. "As condições para retomarmos um projeto de desenvolvimento nacional estão sendo construídas", afirmou.

Em relação à política econômica, Dirceu afirmou que o governo Lula aumentou o superávit primário em apenas 0,5% e, os juros, em 1%. "Parte importante vem da herança que recebemos", destacou.

Segundo o ministro, algumas ações já estão sendo postas em prática no sentido do desenvolvimento. Entre elas, citou a política de microcrédito, os incentivos à agricultura familiar e à criação de cooperativas, juntamente com a reorientação do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, o que permitirá o aumento da poupança pública.

Ele lembrou de um avanço alcançado pelo governo que tem sido pouco falado: "Acabou a corrupção".

Reiterando as palavras de Genoíno, Marta destacou o respeito às divergências de opiniões e também à unidade de ação. "Presidente, somos seu time, sua tropa", concluiu.

Mudanças

Já o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha (PT-SP), citou a relação diferenciada que Lula estabeleceu com o mundo. "De forma ativa, autônoma e com a cabeça erguida". Destacou ainda que o presidente dissipou o receio de que o PT não conseguiria dirigir com competência a economia do país. "É o ministro Antônio Palocci [Fazenda] teve que usar remédio amargo, mas colocou de pé nossa economia."



Petistas reunidos na mesa de abertura do encontro de parlamentares do partido, realizado no final de junho

Crescimento econômico é a meta do PPA, afirma Dulci

Ao apresentar o PPA (Plano Plurianual) 2004-2007 para vereadores e deputados estaduais petistas reunidos em Brasília, o ministro Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência) destacou que o plano é uma discussão do que de fato será feito a partir de janeiro de 2004, uma vez que a política econômica de estabilidade já está se tomando uma política gradual de crescimento econômico no país.

"O debate sobre o PPA poderia ser especulativo e abstrato se não estivéssemos

vivendo esse importante momento da política econômica", afirmou Dulci. Como exemplos de ações do desenvolvimento estratégico adotado pelo governo, o ministro listou o plano de investimento para a pesca e para o turismo, bem como o plano de microcrédito lançado na semana passada e o aval de Lula para colocar em prática um consistente plano de habitação pelo Ministério das Cidades.

Segundo Dulci, se o governo federal tivesse adotado uma política de crescimento

desde janeiro, os resultados seriam "fogo de palha". O necessário, diz, é permitir um crescimento sustentável, que realmente gere emprego e renda.

Ele lembrou que a discussão do PPA com a sociedade civil é uma inovação do governo Lula. "Não é um planejamento burocrático e verticalista a partir de Brasília, como ocorreu no ano passado", disse ele, reiterando que o processo de participação popular é um compromisso político da campanha de Lula.



Plenário lotado durante o encontro de parlamentares, um dos maiores já realizados pelo PT

PARTIDO

Parlamentares lançam manifestos

VEREADORES E DEPUTADOS DO PT
APROVAM POR ACLAMAÇÃO DOIS
DOCUMENTOS DE APOIO AO GOVERNO

Os mais de 1.000 vereadores e cerca de 80 deputados estaduais presentes no 2º Encontro Nacional de Vereadores(as) e Deputados(as) Estaduais do PT entregaram ao ministro José Dirceu (Casa Civil), duas cartas de apoio ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Os parlamentares aprovaram suas respectivas cartas por aclamação.

A "Carta de Brasília", assinada pelos vereadores, diz que os parlamentares têm consciência de sua responsabilidade na promoção das reformas necessárias e na concretização das mudanças almejadas. "Por isso, nós (...) reafirmamos o compromisso com a unidade do partido e manifestamos total apoio e confiança no governo Lula", diz o texto.

A carta elaborada pelos deputados já havia sido divulgada no último dia 13, no encontro preparatório realizado pelos deputados estaduais em Brasília, mas só hoje foi entregue ao governo oficialmente. O documento também expressa o compromisso desses parlamentares no apoio às reformas e ações do governo federal em geral.

União

Dirceu, que recebeu as cartas em nome do governo, ressaltou a importância do apoio e do encontro em geral como uma consolidação da integração entre parlamentares e governo e como garan-

tia de unidade de ação dentro do partido. "Vamos enfrentar situações muito complicadas [na eleição 2004]. Temos que enfrentá-las unidos", afirmou.

Ele lembrou que as forças de centro-esquerda têm cerca de 14 governos estaduais, e que essa perspectiva de apoio não pode ser perdida. "Diretórios municipais, militantes, vereadores... vocês são o PT e vocês é que enfrentam as batalhas do dia-a-dia. É preciso muita competência política", acrescentou.

O presidente do PT, José Genoino, agradeceu a disponibilidade do governo, especialmente dos ministros — que estiveram em peso durante o encontro —, e repetiu seu discurso de ontem, ressaltando que a agenda do partido é de ofensiva, e não de defensiva. "Vamos para a rua defender nosso projeto de mudança", concluiu Genoino.

Números indicam que mais de 1.600 pessoas participaram do encontro, entre eles, 980 dos cerca de 2.400 vereadores e 87 dos 189 deputados estaduais do partido. O evento foi considerado o maior desta natureza na história do PT.

No sábado, o ministro Antônio Palocci (Fazenda) faria uma exposição sobre a reforma tributária, mas a participação dele foi cancelada por motivo de saúde. Assim, o encontro foi encerrado mais cedo do que o previsto, às 16h.



O ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, durante sua apresentação no encontro

Reforma traz justiça social e inclusão, afirma Berzoini

O ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, fez hoje um apelo para "todos aqueles que ajudaram a fundar um partido de esquerda e que lutam pela viabilização de um novo projeto de desenvolvimento e justiça social" que deixem de lado corporativismos e se engajem na defesa da proposta de reforma da Previdência que, segundo ele, incluirá a maioria excluída do país.

"É legítimo que os sindicatos e as associações defendam os interesses de seus associados, mas devemos ter a opção de ajudar a incluir a maioria excluída", afirmou, ao apresentar a proposta de reforma da Previdência a parlamentares petistas reunidos em Brasília no 2º Encontro de Vereadores e Deputados Estaduais do PT.

O ministro fez uma exposição sobre a situação do sistema previdenciário hoje, apresentando dados que demonstram as atuais distorções no sistema de Previdência do setor público. Ele também explicou a proposta de reforma que está tramitando na Câmara, respondendo a dúvidas dos parlamentares.

Segundo dados apresentados por ele, a Previdência dos servidores da União (950 mil aposentados e 840 mil ativos) consumiu, em 2002, R\$ 22,9 bilhões dos cofres públicos. Para se ter uma idéia, o total gasto com o Orçamento de Saúde para toda a população,

no ano passado, foi inferior: R\$ 22,2 bilhões. Para a Educação, foram destinados R\$ 14,1 bilhões. O ministro mostrou ainda que o gasto médio mensal dos cofres públicos por trabalhador é de R\$ 938 no serviço público, contra R\$ 69 no INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Berzoini ressaltou que a posição do governo não é contrária aos subsídios do governo ao sistema previdenciário. "Mas não podemos manter o subsídio de dois terços do total conforme ocorre hoje com os servidores públicos", disse. Ele lembrou que, até 1993, os servidores não pagavam contribuições para a aposentadoria, que pelas regras atuais tem valor correspondente ao último salário da ativa.

Berzoini lembrou ainda que os trabalhadores da iniciativa privada pagam sobre um teto, hoje de R\$ 1.561,56, e recebem até no máximo este teto. Ele ressaltou que os trabalhadores do INSS recebem salários baixos, não tendo condições de seguir uma política previdenciária, e estão também sujeitos à informalidade.

Solução

As reformas propostas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelos 27 governadores incluem medidas para tentar solucionar essas injustiças, afirmou o ministro.

Ele ressaltou, no entanto, que o projeto não visa apenas

resolver o aspecto financeiro. "A proposta busca fortalecer o serviço público, garantindo a Previdência dos atuais e futuros servidores e o equilíbrio de direitos entre todos os trabalhadores, respeitando o direito adquirido e protegendo aqueles que ganham pouco."

Ele repetiu diversas vezes que a proposta respeita o direito adquirido e que a polêmica contribuição dos servidores inativos representa uma contribuição solidária, que incidirá apenas sobre o valor que exceder R\$ 1.058,00.

Dizendo compreender que os parlamentares não são obrigados a ter conhecimento sobre detalhes técnicos da proposta, Berzoini sugeriu que os vereadores e deputados procurem os ministros sempre que precisarem para retirar todas as dúvidas que surgirem e, assim, evitar que se dissipem informações distorcidas sobre as reformas. "Quem não quer a viabilidade de um projeto justo pode semear a desinformação. E nosso papel é lutar contra isso e propagar as informações corretas", disse.

Ao encerrar sua exposição, Berzoini afirmou que o Congresso pode propor modificações na reforma da Previdência, mas que os princípios gerais devem ser mantidos. Segundo ele, apenas desta maneira será possível assegurar recursos para investimentos em saúde, educação e outras ações sociais.

Confira a íntegra dos documentos

Manifesto

O Brasil atravessa um novo período a partir da posse do governo Lula.

Pela primeira vez temos em nosso país um líder e um partido comprometidos com as transformações substantivas do modelo econômico e social. A sociedade brasileira confia e aprova o nosso governo e nosso presidente. Temos adotado as medidas necessárias para a realização de uma transição segura a democrática rumo ao novo modelo econômico, a geração de empregos e a distribuição de renda.

Os deputados(as) estaduais e distritais do Partido dos Trabalhadores, reunidos em Brasília, vêm reiterar o apoio às políticas, programas, ações do governo federal e às propostas de reformas enviadas ao Congresso Nacional, que serão aperfeiçoadas pelo debate com a sociedade, em especial as reformas da previdência e tributária.

Nós, deputados(as) estaduais e distritais, juntamente com nossos parlamentares no Congresso Nacional, nossos vereadores e prefeitos e nossas lideranças dos movimentos sociais, vamos nos engajar nas importantes tarefas de sustentação do governo Lula.

Brasília, 28/6/2003

Carta de Brasília

Após completar 500 anos de descobrimento, finalmente o Brasil tem a oportunidade de transformar-se em uma nação soberana, próspera, e principalmente justa para todo e qualquer brasileiro.

A eleição de Lula significa a realização de uma verdadeira revolução democrática e a concretização do sonho tão esperado. Milhões de cidadãos e cidadãs, heróis anônimos, doaram seu tempo e até sua própria vida para que esse momento chegasse.

Um sonho construído coletivamente através de décadas, de inúmeras lutas libertadoras e movimentos de resistência à dominação, aos poucos foi conquistando e ampliando a presença da classe trabalhadora nos espaços institucionais.

O PT nasceu e desenvolveu-se dentro desse processo histórico e tem hoje nas mãos a responsabilidade de comandar as mudanças que irão colocar o país nos trilhos do desenvolvimento, da justiça social e da consolidação democrática.

Os vereadores e vereadoras do Partido dos Trabalhadores, distribuídos e enraizados nos mais distantes pontos do país, do Sul, do Norte, do Nordeste, do Sudeste e do Centro-Oeste, têm a consciência de sua responsabilidade, sabedores que são da esperança de cada brasileiro no governo Lula, na promoção das reformas necessárias e na concretização das mudanças almejadas.

Por isso, nós vereadores e vereadoras presentes nesse Encontro de Brasília, reafirmamos o compromisso com a unidade do partido e manifestamos total apoio e confiança no governo Lula.

"Companheiro Lula, o governo também é nosso. conte conosco!"

Brasília, 28/6/2003



O ministro José Graziano, com cartilha do Fome Zero

Graziano solicita apoio a programa

O ministro da Segurança Alimentar, José Graziano da Silva, pediu hoje o auxílio dos vereadores petistas para criar as condições de implantação do Programa Fome Zero nos municípios. Ele sugeriu também que os parlamentares sejam fiscais do programa.

"O presidente Lula lançou o programa e o deixou para nós fazermos com que ele seja bem sucedido. Isso não é uma tarefa do governo apenas, mas de toda a sociedade civil", disse em apresentação no Encontro de Vereadores(as) e Deputados(as) Estaduais do PT, em Brasília.

Graziano listou as medidas que os municípios devem tomar para fazer parte do programa, como a criação de um comitê gestor e de um conselho de segurança alimentar. O comitê gestor é responsável por auxiliar na identificação das famílias que devem rece-

ber o Cartão Alimentação, registrá-las no Cadastro Único e interagir com ações de alimentação e nutrição, geração de emprego e renda, produção, alfabetização, convivência com o semi-árido etc.

Segundo Graziano, o programa já está em 621 municípios do país, com uma média de inclusão de 250 municípios por mês. A meta é atingir mil cidades do Nordeste até outubro, no auge da seca.

O ministro ressaltou que o ministério tem uma estrutura pequena, conta com cem funcionários, o que impede o órgão de realizar sozinho a implantação e fiscalização do programa no país inteiro. "Nós precisamos de vocês para garantir que o sistema não seja deturpado", afirmou. Graziano divulgou o número 0800 707 2003 para que os parlamentares tirem suas dúvidas e façam denúncias.

INTERNACIONAL

Brasil mantém posição sobre Alca

Ao contrário do que se especulou no Brasil, a reunião de cúpula entre os presidentes George Bush e Luiz Inácio Lula da Silva, realizada em junho em Washington, esteve focada nos pontos de convergência entre os dois governos para definir uma agenda positiva, evitando assuntos como Alca (Área de Livre Comércio das Américas), aço e suco de laranja.

A afirmação é do embaixador Rubens Barbosa, que comanda a embaixada brasileira em Washington e testemunhou toda a reunião nos EUA, em entrevista à revista *IstoÉ* publicada no começo de julho. Leia a íntegra:

Aceitando o prazo de janeiro de 2005 para concluir a negociação da Alca, o Brasil, que já falava em tocar o acordo em ritmo moderado, recuou?

Não há recuo algum. A Alca apareceu na reunião de passagem, com a menção à co-presidência da Alca por Brasil e Estados Unidos e a importância do livre comércio na região. O presidente Lula disse que é contra o protecionismo, mas não se discutiu, repito, prazos da Alca. O comunicado conjunto cita o ano de 2005, mas ressalta a necessidade da conclusão "exitosa" das negociações em torno da Alca. Essa palavra é importante. Exitosa é uma negociação equilibrada, balanceada, em que nossos interesses estejam incluídos. A data está definida há oito anos. Não sei de onde tiraram isso de que houve uma mudança, um recuo. Nós reafirmamos nossa posição sobre o rumo das negociações incluindo no documento a palavra exitosa.

Se chegarmos a janeiro de 2005 sem essa conclusão exitosa...

A gente não assina. O que importa é o conteúdo. Não é a questão do prazo. O prazo é apenas uma meta indicativa.

Temas da Alca já foram remetidos para a Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). É certo que lá as negociações vão atrasar. Como fica a Alca nesse contexto?

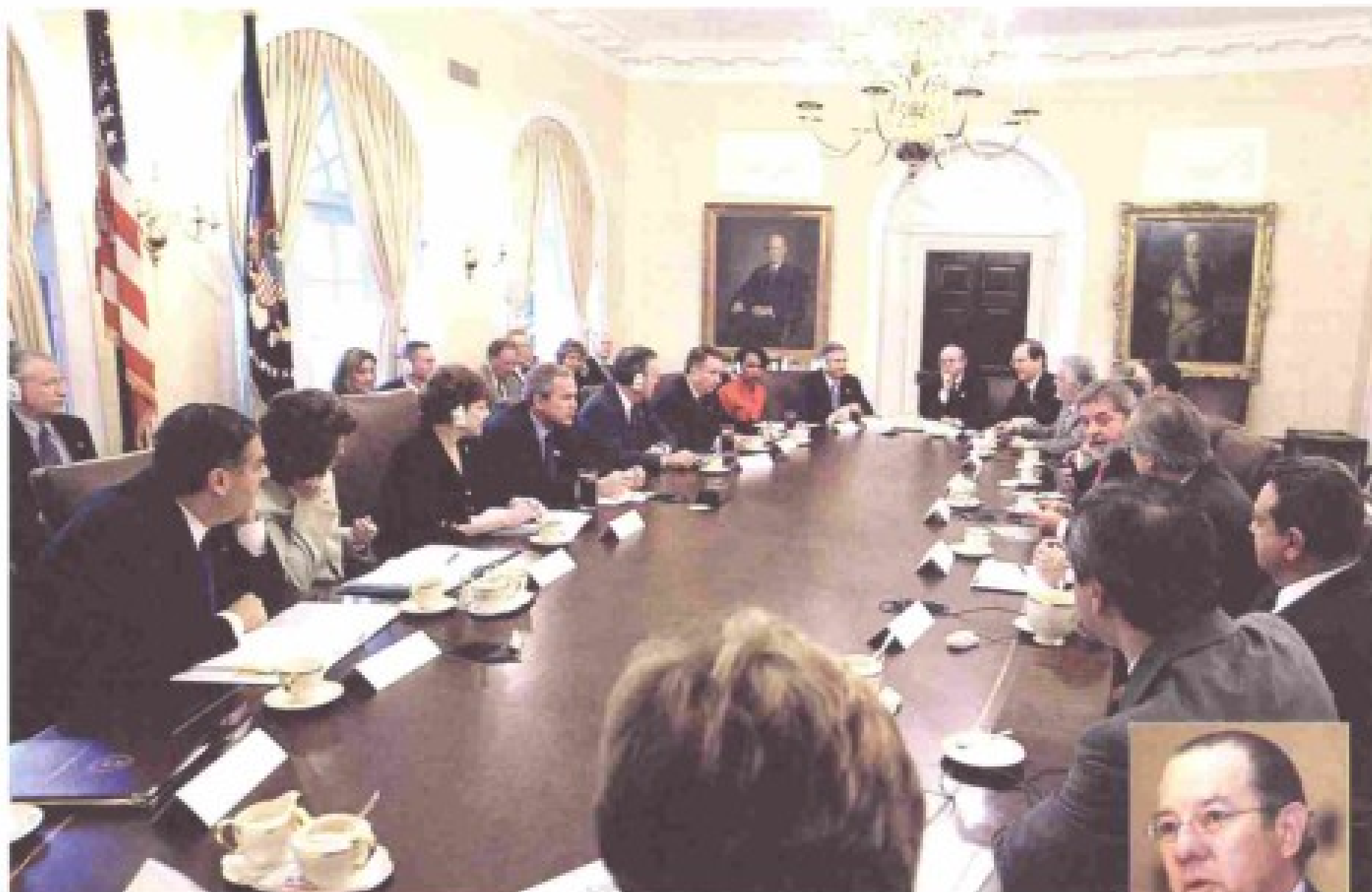
Está difícil, mas ainda temos esperanças. Se as negociações de Doha atrasarem, isso vai afetar todos os cronogramas, inclusive o da negociação da Alca. O princípio, aqui, é o de "single undertaking", ou seja: nada está finalmente negociado sem que todos os acordos estejam negociados.

Ou seja, não fecha Alca enquanto não fechar Doha?

É, não fecha enquanto não estiver sinalizada toda a negociação. Um resultado equilibrado, em que se crie uma situação na qual todos ganhem. Enquanto isso não ocorre, não há a situação exitosa. O que estiver pendente em Doha, não dá para resolver aqui. Quem criou o problema foram os EUA. Eles levaram para a OMC questões como a legislação anti-dumping e subsídios. E nós então mandamos para a OMC a discussão sobre propriedade intelectual e investimentos.

Como foi o encontro dos presidentes?

Foi uma reunião de cúpula, não apenas um encontro presidencial. Desde dezembro estava decidido que haveria a



Reunião de cúpula em Washington, com presidentes e ministros; no destaque, o embaixador Rubens Barbosa

EMBAIXADOR EM WASHINGTON DIZ QUE ENCONTRO DE LULA E BUSH NÃO DISCUTIU A ALCA, MAS SERVIU PARA CRIAR NOVA AGENDA BILATERAL ENTRE BRASIL E EUA

participação de ministros dos dois lados. Foi a primeira reunião de cúpula em 170 anos de relações entre Brasil e Estados Unidos. Eles só faziam esse tipo de reunião com Canadá, México e União Europeia. Aprofundamos as relações bilaterais e discutimos temas do interesse dos dois países, definindo áreas prioritárias — energia, ciência e tecnologia, proteção ao meio ambiente, educação, saúde e comércio, tudo dentro da agenda positiva.

Qual a área com maiores avanços?

Energia, que saiu do zero. Assinamos um acordo de cooperação para uma ampla parceria nas questões do hidrogênio, do sequestro de carbono, da modernização do setor, fontes renováveis de energia e tecnologias na área de energia e segurança na exploração de petróleo "offshore" (no mar).

Esses acordos se traduzirão em investimentos?

Isso abre possibilidades enormes. O biodiesel, por exemplo. Nos EUA, o biodiesel é produzido a partir da soja. Aqui no Brasil se usa a mamona. O Brasil é um dos grandes produtores mundiais de soja e é natural que empresas internacionais imaginem usar a soja brasileira no biodiesel. Já existe até uma empresa americana atrás de um sócio brasileiro para isso. Este novo emprego da soja pode representar um aumento nos preços internacionais, beneficiando o Brasil.

Lula terá mais dificuldades para lidar com Bush, um conservador?

No primeiro encontro entre os dois em dezembro, Bush abriu a reunião dizendo o seguinte: "Presidente, aqui nessa cidade [Washington] tem gente que acha que alguém como eu não pode se dar bem com alguém como o senhor. Nós estamos aqui para provar que eles estão errados." Os dois reconhecem que há diferenças de pensamento, diver-

gências no relacionamento, mas isso é subentendido e explicitado de maneira muito amistosa. Sabem da posição de cada um, mas também que é importante para o relacionamento dos dois países superar isso. O presidente Lula foi a Washington defender o interesse nacional brasileiro, dentro de um espírito de respeito mútuo. Foi isso o que ocorreu.

As divergências em relação à Alca então não foram o centro do debate?

Ao contrário do que se especulou aqui, a ideia antes e durante a reunião foi focar nos pontos de convergência para definir justamente a agenda positiva. Não se estava pensando em debater divergências. Por isso, a Alca, o aço, o suco de laranja ficaram de fora. Antes do encontro, fui consultado sobre nossa posição a respeito do suco de laranja, do aço. A resposta foi a mesma, não serão discutidos. São pontos de outra agenda, a das diferenças.

Brasil e Estados Unidos estão em atrito?

Ao contrário, temos uma relação excelente com os EUA. Não me lembro de outro período tão positivo, tão favorável. Temos consultas regulares sobre todas as áreas em um contexto de franqueza e fluidez que nunca houve. Só há conflito com os EUA nas questões comerciais. E nessa área os dois presidentes decidiram não tocar. Há os canais próprios para isso.

Essa posição não seria decorrente do fato de que os EUA ainda não se pronunciaram sobre a posição brasileira em relação à Alca? Ou seja, não tinham o que dizer e por isso preferiram nem tocar no assunto?

De jeito nenhum. Ninguém pensou nisso. Já era uma decisão tomada. Detalhe: nenhum foi tratado. É difícil para vocês acreditarem, mas é verdade.

Com o tratamento "vip", os EUA não tentaram ama-

ciar o lado brasileiro para futuras negociações na pauta comercial, onde há conflito?

Não. Acredito que isso está mais relacionado a interesses geopolíticos, ao projeto de reeleição do presidente Bush, à importância do Brasil e do presidente Lula, ao interesse dos EUA nos programas sociais brasileiros.

O que se fechou sobre o Fome Zero?

Desde o primeiro encontro, o presidente Bush elogiou muito a visão do presidente Lula de produzir fatos concretos na área social. Agora ele reafirmou isso, dizendo que apoiaria o programa Fome Zero. Concretamente, o governo americano propôs apoiar o programa brasileiro, não com recursos — o presidente Lula não pediu isso nem eles ofereceram —, mas com informações sobre a experiência americana. O programa alimentar americano começou há 70 anos com o presidente Roosevelt, que criou os "food stamps" (cupons para compra de comida) logo que assumiu o governo, no final da Depressão. Essa posição do presidente Bush foi um dos pontos altos do encontro.

Já surgem críticas segundo as quais o presidente Lula anda viajando demais. O que o sr. acha?

No caso do Brasil, que adotou uma política agressiva de comércio exterior, a diplomacia presidencial é importantíssima. A presença do presidente Lula é muito importante para nós, projetando o Brasil e defendendo os interesses nacionais. Quando ele está no exterior, está defendendo emprego, exportação, melhoria no nível de vida. Está trabalhando para a melhoria da economia. O presidente tem uma presença importante, as pessoas respeitam o presidente. Isso facilita muito o nosso trabalho.

Diante do contencioso comercial histórico existente entre Brasil e EUA, é pos-

sível progredir?

Há uma margem enorme de avanço. O comércio bilateral é de US\$ 30 bilhões. As exportações brasileiras para os EUA estão em torno de US\$ 15 bilhões. Em 1985, 17 anos atrás, o Brasil exportava para os EUA US\$ 7 bilhões. A China exportava os mesmos US\$ 7 bilhões. Em 2002, o Brasil exportou US\$ 14 bilhões para os EUA, e a China exportou US\$ 142 bilhões. Há espaço para crescer. Veja bem, 67% do comércio do Brasil com os Estados Unidos, em termos de valor, entra lá com tarifa zero ou praticamente zero. Os outros 33% das exportações é que são afetados por barreiras tarifárias. O problema está nos produtos agrícolas — são 57 itens com tarifa acima de 50%. Entram tabaco, açúcar, leite, suco de laranja. Não se exporta mais por causa da tarifa elevada. Os dez primeiros produtos brasileiros mais exportados para os EUA, com tarifa baixa, são industrializados. O que precisamos é diversificar a pauta de produtos industrializados.

O caminho é crescer na fatia de 67%?

Sim. O Furlan [Luiz Fernando, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio] e eu lançamos um programa de promoção de exportações do Brasil nos EUA. O empresário precisa se mexer. O mercado americano é o maior do mundo. Eles importam US\$ 1,4 trilhão. Se a China conseguiu passar de US\$ 7 bilhões para US\$ 140 bilhões, temos um caminho enorme para desbravar em áreas não conflitivas.

Quer dizer que se pode ampliar as exportações sem a Alca?

Sim. O comércio Brasil-Estados Unidos em dez anos vai dobrar, triplicar, com ou sem Alca.

A brutal diferença no crescimento das exportações de China e Brasil significa que o país dormiu no

ponto nos últimos 17 anos?

Passamos por uma série de problemas: vários planos econômicos, moratória, percalços com o câmbio, custo-Brasil. Um conjunto de fatores que justifica. As empresas, aqui, estão habituadas a esperar o comprador, em vez de ir atrás. Se baseiam mais no mercado doméstico que no mercado externo. Tudo isso junto explica essa baixa performance brasileira no comércio com os EUA. Há 15, 20 anos, tínhamos mais de 1% do mercado americano. Hoje, com US\$ 15 bilhões, temos 0,9%. A nossa ideia é ampliar a cooperação em áreas que não são restritivas e em que somos competitivos.

Onde há mais espaço para ampliar o comércio: Estados Unidos ou União Europeia?

É mais fácil ampliar as exportações no mercado americano, onde 67% do que vendemos são produtos industrializados. Estou falando de aviões, celulares, automóveis, produtos químicos, com valor agregado, importantes. No caso da União Europeia, cerca de 65% das nossas exportações são de produtos primários há muitos anos. Para a União Europeia não se tem fluxo, tradição de exportação de industrializados como há no caso dos Estados Unidos. Será preciso grande esforço para criar canais que, nos Estados Unidos, já existem.

Não há o risco de um aumento nas exportações provocar reações americanas?

Essa é uma questão importante. Há estudos nos EUA mostrando uma tendência de eles utilizarem os mecanismos de defesa comercial, que são legais, previstos na OMC, como medidas protecionistas. Fizemos isso no caso do aço, em que a legislação foi usada para proteger grandes empresas siderúrgicas em Estados que votaram com os republicanos. Temos que evitar que isso aconteça. O Brasil está atento.

G O V E R N O

Tarso comenta 6 meses de Lula

MINISTRO AVALIA QUE, SE CONDIÇÕES EXTERNAS AJUDAREM, TAXA DE JUROS CHEGARÁ A 16% AO FINAL DO MANDATO

O ministro Tarso Genro, secretário do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, avaliou os seis primeiros meses do governo Lula em entrevista publicada no dia 29 de junho pelo jornal *O Globo*. Leia a íntegra:

O presidente Lula disse que chegou a hora de o país fazer a curva rumo ao crescimento. A transição econômica chegou ao fim?

É o início da transição. O governo, nos primeiros seis meses, trabalhou com medidas ortodoxas. Foram medidas simples e que são adotadas por qualquer empresa em situação falimentar: gastar o que pode e menos que o desejável para buscar certo equilíbrio nas suas contas. Mas o governo se moveu também em duas direções sólidas nesse período. Primeiro, com a remessa das reformas, dando início a uma reversão das expectativas. Segundo, com medidas microeconômicas e de médio porte que têm efeito indutor do desenvolvimento, como o aumento de 12% nos recursos para o financiamento da safra agrícola do ano que vem. Estamos começando um processo de transição que tem de ser seguro. A taxa de juros tem que cair com sustentabilidade. O pior que pode acontecer é a taxa de juros cair e depois voltar a patamares superiores.

A transição para o crescimento vai até quando?

Há variáveis que nós não controlamos, pois dependem muito de equações internacionais. Mas presumo que vamos recuperar lentamente o crescimento até o fim do ano. E, no ano que vem, se conseguirmos uma taxa de juros real em torno de 8,24%, vamos ter crescimento econômico satisfatório. Isso significa que, se tivermos uma inflação de 7% ou 8%, teremos uma taxa de juros de cerca de 16%. Essa é uma taxa nominal de juros aberrantemente mais baixa que a deste ano e com enorme capacidade de mobilizar os agentes econômicos para investir. É isso o que está sendo proposto no Plano Plurianual (PPA). Esse é um objetivo estratégico do governo e tem que ser trabalhado para criar condições para que isso ocorra até lá.

Quando assumiu, o presidente Lula tinha três desafios: garantir a estabilidade da economia, construir a maioria parlamentar e cri-

Aprovação ao governo atinge 42%

A aprovação ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva atinge 42% ao final do primeiro semestre, segundo pesquisa feita pelo Datafolha publicada no dia 29 pelo jornal *Folha de S.Paulo*. Pesquisa feita há três meses apontava uma taxa de bom e ótimo de 43%.

Nesta pesquisa, o percentual dos que avaliam o governo como regular subiu de 40% para 43%. A taxa de ruim ou péssimo oscilou de 10% para 11%. A nota média do governo caiu de 6,8 para 6,5.

As pessoas que acreditam que, daqui em diante, o governo Lula será ótimo ou bom caiu de 76% para 73%, mas cresceu de 12% para 17% aos que declaram que o presidente supera as expectativas. O Datafolha ouviu 2.630 pessoas em 152 municípios de todo o país.

ar canais institucionais de diálogo com setores da sociedade, sobretudo aquele que sempre foi reticente ao PT. Que avaliação faz desse tripé?

Se formos analisar com acuidade, na luta política no Brasil não há uma tradição de diálogo entre classes. Pela primeira vez há um marco expresso e formal de diálogo entre classes: o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. A síntese desses primeiros seis meses é altamente positiva. Nunca os sujeitos organizados da sociedade civil tiveram tanta ação política e nunca interferiram tanto. A mobilização dos empresários em direção ao Congresso foi positiva e politizada.

A marcha dos empresários não incomodou o governo?

O governo viu com naturalidade. O Brasil hoje tem uma vida democrática em que se combina a representação política com a ação direta das corporações, das ONGs, dos sindicatos. Não há outra forma de transitar de um modelo econômico para outro. Não vamos sair de um modelo financeiro de baixo crescimento para um modelo de inclusão a altas taxas de cresci-



O ministro Tarso Genro, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

mento e emprego por orientação do rei, ou do príncipe, ou de seus delfins. Isso só vai ocorrer se houver uma conexão entre Estado e sociedade, planejando movimentos seguros, pausados e fortes.

Muitos petistas e intelectuais estão inquietos com a demora das mudanças. Governar é mais difícil do que parecia na oposição?

Quero lembrar duas coisas aos companheiros da esquerda do partido. Há uma diferença que mostra o equívoco e a ilusão entre projetar e governar. É possível retomar o crescimento dependendo de capitais de curto prazo? Não é possível. Mas ninguém da esquerda nos diz como se faz isso, sem que tenhamos as contas arrumadas, o Estado saneado e previsão de uma transição estável.

O PT vive uma transformação em sua base e em sua identidade. Como o partido sairá desse governo?

Todo partido que transita da condição de partido de movimento e de luta para partido de governo muda. Se não muda, não governa. À medida que o partido sai do movimento e vai para o Estado, ele não representa somente os interesses de classe a que ori-

ginariamente estava vinculado. Ele tem que governar para todos, fazer a sociedade funcionar. Há uma diferença entre um partido que muda de lado e um partido que reconstrói suas posições. Muda de lado o que aplica o programa de seu adversário. Não é o caso do PT, que está tomando algumas medidas universais de saneamento do Estado, mas o projeto é de crescimento, de inclusão, inserção soberana na economia global, de redimensionamento da política externa e de aplicação de um programa de reformas de caráter popular. Há choque com uma parte dos servidores, mas não com a totalidade dos trabalhadores. As reformas vão beneficiar a ampla maioria dos servidores e a totalidade dos trabalhadores da iniciativa privada.

A deputada Luciana Genro (RS), sua filha, está entre aqueles que vão deixar o partido ou nos 30% que vão protestar e ficar?

Não faço declarações políticas sobre as relações políticas da minha filha nem das nossas relações políticas por uma razão de fundo: a condição de pai é estrutural e a política é contingente. Ela tem uma visão que é muito dife-

rente da minha. Ela faz a ação política que acha correta e eu faço a minha. Sou um quadro do governo Lula. Acho que o governo está substancialmente correto e meu projeto é trabalhar por dentro do governo. A visão dela não é essa e ela tem o ônus e o bônus dessa condição.

O presidente Lula tem se queixado que as coisas não andam. Isso é decorrência das amarras econômicas, de boicote da burocracia, da inexperiência?

Não há boicote da burocracia, temos um bom serviço público. O que existe de fato é a complexidade da máquina pública e da relação Estado-sociedade, que passa por infinitas mediações burocráticas. E existe também o fato de que nem todos os nossos quadros no governo têm experiência de gestão. Isso pode atrasar determinados programas. Mesmo com essas debilidades o governo está dando boas respostas. Nos últimos 15 dias houve uma desova de programas específicos: apoio, cooperativismo, microcrédito, aumento de valores para financiar a safra. Os problemas que enfrentamos na aplicação de programas são normais em qualquer

administração que se inicia. O Fome Zero, por exemplo, é um programa complexo, e a máquina pública não estava preparada para ele.

Há uma queda-de-braço na base do governo na reforma da Previdência. Qual a importância dessa reforma para o governo Lula?

Há dois motivos fundamentais. A reforma tem caráter distributivo, ataca determinados privilégios, e tem função fiscal, na medida que dá sustentabilidade à Previdência. O governo não pode abrir mão dos fundamentos da reforma. Não basta atacar privilégios sem fazer distribuição de recursos com a melhoria do regime geral. Temos que ter parcimônia. O Judiciário, o Ministério Público, a polícia, as Forças Armadas têm que ter uma boa perspectiva de carreira, uma boa seguridade social e uma boa Previdência. Essas carreiras não são terceirizáveis e devem merecer preocupações especiais do Estado, mas não precisam de um regime próprio.

O governo negociou as reformas com os governadores e com os empresários, no conselho, mas estes agora têm feitos críticas. O governo se surpreendeu com isso?

Não fomos surpreendidos. As recomendações do conselho, por exemplo, foram negociadas. Com os governadores também se chegou a um acordo. Mas é natural que permaneçam contenciosos. Agora, o Congresso é a Casa adequada para as negociações e o governo vai participar desse debate. Nas reformas há questões de fundo que são irrenunciáveis. Mas questões sobre como operar os detalhes podem ser negociadas.

O presidente Lula teve uma atuação marcante nesses seis meses. Essa será uma marca permanente do governo ou em algum momento o presidente não ficará tão exposto?

É natural que no início do governo o presidente se exponha um pouco mais. Ele tem que fazer uma síntese política permanente para seu Ministério e para a população. O presidente Lula faz isso muito bem. Ele pauta permanentemente sua equipe de governo e faz a pauta do governo na relação com a sociedade. Isso não pode se tornar uma coisa exaustiva para o presidente. Na medida que o governo for deslançando, o presidente vai ser mais um meio-de-campo condutor do que um rompedor de barreiras como tem sido até agora. É um ciclo natural de todo governo.



Lula em três momentos do primeiro semestre: durante reunião com presidentes latino-americanos no Peru, em Evian (França), em cúpula do G-8, e após solenidade em Brasília